

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA — PRINCÍPIOS, CARACTERÍSTICAS, ORGANIZAÇÃO E FORMAS DE LUTA

Arthur Medeiros*

RESUMO: Este artigo tem por objetivo descrever as principais características do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, procurando abordar as raízes do Movimento com seus aspectos socioeconômico, histórico e político-ideológico, seus princípios, sua forma de organização e as principais formas de luta empregadas. Para tanto, foi realizada pesquisa bibliográfica sobre o tema em comento, procurando descrever e analisar as opiniões de tais autores. Foi adotado como referencial teórico autores importantes que abordaram a temática, com especial ênfase em autores contemporâneos. Ao final foi possível concluir que apesar das dificuldades enfrentadas pelo Movimento este continua em sua luta histórica pela reforma agrária e mantém-se como importante interlocutor junto ao Poder Público.

PALAVRAS-CHAVE: Reforma Agrária, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

ABSTRACT: This article aims to describe the main features of the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, and intends to address the socio-economic, historical and political-ideological origins of the movement, its principles, its organization and the main forms of struggle employed. To do so, bibliographical research on the topic under discussion was performed, describing and analyzing the opinions of its authors. Important scholars who have addressed the subject were consulted, with particular emphasis on contemporary authors. At the end, we conclude that despite the difficulties faced by this movement continues in its historic struggle for agrarian reform and remains as an important interlocutor with the government.

KEYWORDS: Agrarian Reform, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

1 INTRODUÇÃO

A luta pela terra no Brasil nasceu junto com o “descobrimento”. Desde então e até os dias atuais a questão agrária se desenvolve em nosso país. Agravada pela questão do latifúndio, que tem seu marco inicial com as Sesmarias implantadas pela Coroa Portuguesa, jamais teve uma solução próxima de ser satisfatória.

Gestado a partir de 1979 e formalizado a partir de 1984 o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que surgiu com forte influência e apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), firmou-se ao longo de seus quase trinta anos de existência como o mais duradouro movimento social de luta pela terra em nosso país. Ao longo do tempo sua territoriali-

* Bacharel em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre em Direito e Sociologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Membro do Observatório Fundiário Fluminense (ICHF/UFF).

zação e presença em praticamente todos os estados da federação, somados à relevância de suas reivindicações, aglutinou grande apoio de significativa parcela da sociedade, tornando-o importante interlocutor junto ao Poder Público.

O MST, gestado a partir de 1979 com as ocupações das fazendas Macali e Brilhante (ambas no Rio Grande do Sul) e com sua criação oficializada em 1984 durante o I Encontro Nacional dos Trabalhadores Sem Terra, realizado em Cascavel, Paraná, apresenta uma base social heterogênea e uma forma organizativa bem definida.

Tendo como movimentos referenciais Canudos, Contestado e as Ligas Camponesas (STEDILE; FERNANDES, 1999), o MST desde seus primórdios caracterizou-se pela luta pela terra, contra o latifúndio e o agronegócio, apresentando uma variada agenda de lutas onde se destaca aquela pela reforma agrária e a modificação estrutural do campo brasileiro.

Sem a pretensão de esgotar o tema no presente artigo buscamos identificar as raízes deste movimento ressaltando seus aspectos sócio econômico, histórico e político ideológico, seus princípios, organização e formas de luta.

2 RAÍZES DO MST

Neste tópico trataremos dos aspectos socioeconômico, histórico e político-ideológico que levaram à formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, buscando através destes aspectos identificar algumas características que no decorrer de sua existência serão solidificadas. Importante ressaltar que a chamada modernização conservadora implantada pelos governos militares e o apoio da Comissão Pastoral da Terra, cada uma a seu modo, tiveram importância fundamental na formação do MST.

2.1 Aspecto socioeconômico

A forma atual do desenvolvimento do capitalismo se mostra desigual e contraditória. O capital trabalha com o movimento contraditório da desigualdade no processo de seu desenvolvimento. Seu reflexo no campo é um desenvolvimento heterogêneo, complexo e plural. No caso brasileiro o capital trabalha em algumas localidades desenvolvendo a implantação do trabalho assalariado (cana, laranja, soja) enquanto que em outras estimula e apoia a produção camponesa. Assim, o camponês encontra-se inserido den-

tro do capitalismo e não à sua margem. Nesse sentido Oliveira (2010, p. 289)

Portanto, penso que o estudo da agricultura brasileira e, conseqüentemente, da propriedade da terra, deve ser feito levando-se em conta o processo contraditório e combinado do desenvolvimento do modo capitalista de produção no Brasil. E isto quer dizer que, ao mesmo tempo em que este desenvolvimento avança reproduzindo relações exclusivamente capitalistas, implantando o trabalho assalariado, produz também, igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção, a peonagem e as diferentes formas de “escravidão pela dívida” etc., todos necessários à sua lógica de desenvolvimento.

Ao fazer uma análise do desenvolvimento do capitalismo no Brasil assim se manifestou Martins (1994, p. 13, 79-80)

A propriedade da terra é o centro histórico de um sistema político persistente. Associada ao capital moderno, deu a esse sistema político uma força renovada, que bloqueia tanto a constituição da verdadeira sociedade civil, quanto da cidadania de seus membros.

Ao contrário do que ocorria com o modelo clássico da relação entre terra e capital, em que a terra (e a renda territorial, isto é, o preço da terra) é reconhecida como entrave a circulação e reprodução do capital. No modelo brasileiro o empecilho à reprodução capitalista do capital na agricultura não foi removido por uma reforma agrária, mas pelos incentivos fiscais. O empresário pagava pela terra, mesmo quando terra sem documentação lícita e, portanto produto de grilagem, isto é, de formas ilícitas de aquisição. Em compensação, recebia gratuitamente, sob a forma de incentivo fiscal, o capital de que necessitava para tornar a terra produtiva. O modelo brasileiro inverteu o modelo clássico. Nesse sentido, reforçou politicamente a irracionalidade da propriedade fundiária no desenvolvimento capitalista, reforçando, conseqüentemente, o sistema oligárquico nele apoiado, portanto, comprometeu os grandes capitalistas com a propriedade fundiária e suas implicações políticas.

Outra característica importante é o caráter rentista do capitalismo no campo brasileiro, significando que no desenvolvimento deste modo capitalista de produção o capitalista e o proprietário da terra são a mesma pessoa. Este processo que teve origem na escravidão consolidou-se com a Lei de Terras e o fim da escravidão e ampliou-se significativamente na segunda metade do século XX. Ao discorrer sobre o tema Martins (2003, p. 13) afirma:

Nesse sentido, nunca foi possível entre nós uma aliança entre o capital e o trabalho contra a renda fundiária e a irracionalidade que a renda da terra representa na reprodução capitalista ampliada, coisa que se deu nos países avançados. Ao contrário, a aliança aqui foi a aliança dos avessos. Tivemos,

já no tempo da escravidão, uma aliança que vem se ampliando desde então, sobretudo nas últimas décadas, entre o capital e a propriedade da terra.

Em outro texto o mesmo autor traz elucidativo ensinamento (1980, p. 60-61)

Quando o capitalista se apropria da terra, ele o faz com o intuito do lucro, direto ou indireto. Ou a terra serve para explorar o trabalho de quem não tem terra; ou a terra serve para ser vendida por alto preço a quem dela precisa para trabalhar e não a tem. Por isso, nem sempre a apropriação da terra pelo capital se deve à vontade do capitalista de se dedicar à agricultura. O monopólio de classe sobre a terra assegura ao capitalista o direito de cobrar da sociedade inteira um tributo pelo uso da terra. É a chamada renda fundiária ou renda da terra. A renda não existe apenas quando a terra é alugada; ela existe também quando a terra é vendida. Alugar ou vender significa cobrar uma renda para que a terra seja utilizada.

A terra é completamente diferente dos outros meios de produção. A apropriação de uma máquina pelo capitalista e, através dela, do trabalho do operário, pode parecer legítima na medida em que, tendo os trabalhadores que a produziram trabalhado sob tutela do capital, mediante o salário, o resultado do seu trabalho aparece como produto do capital. O mesmo não acontece com a terra. Já constatavam os economistas clássicos dos séculos XVIII e XIX que a propriedade capitalista da terra é uma irracionalidade porque a terra não é produto do trabalho e, por isso mesmo, não pode ser produto do capital. A terra é um bem natural.

62

Esmiçando o caráter rentista pode-se afirmar que o principal interesse de grandes grupos econômicos possuem grandes extensões de terra é que estas funcionam ora como reserva de valor, ora como reserva patrimonial, ou seja, servem como instrumento de garantia para financiamentos bancários (na maioria das vezes recursos públicos) e acesso ao sistema de políticas de incentivos governamentais e também como forma de especulação imobiliária. Nesse sentido trazemos as palavras de Palmeira (1989, p. 99)

As vantagens oferecidas pelas políticas de *modernização* beneficiaram os latifundiários tradicionais, mas também atraíram para o campo capitais de outros setores da economia para quem o campo passou a ser colocado como uma alternativa interessante de investimento. Grandes grupos econômicos entraram na produção agrícola ou agroindustrial e passaram a imobilizar capitais em terras, contando não apenas com a sua valorização, mas também com a perspectiva de captação de recursos públicos para a realização de aplicações financeiras mais vantajosas no momento.

Oliveira (2010, p. 290-291) também analisou o tema

É, pois, esta relação entre a propriedade privada capitalista da terra e a renda fundiária que permite que seu proprietário, mesmo sem nada nela produzir, possa se enriquecer. Sobretudo, quando ele se apropria de uma parcela de

terra sem depender dinheiro algum por ela, como ocorre no processo de grilagem. Ou seja, o grileiro apropria-se ilegalmente de uma terra pública e, a partir dessa apropriação, passa a se apropriar da renda fundiária que ela gera. Nesse processo, ele pode, com a sua venda também ilegal, obter dinheiro que pode ser convertido em capital. Assim se dá o processo de produção do capital através da apropriação legal ou ilegal da renda fundiária. Está, pois, nesse processo de busca do acesso ilegal da terra pública devoluta ou não pelas elites brasileiras, um dos caminhos da produção não capitalista do capital. Por isso este esforço para a compreensão do papel da propriedade privada capitalista da terra na sociedade brasileira.

O mesmo autor (2010, p. 301) enxerga a grilagem de terras como ponto central dos conflitos ocorridos no campo

Dessa forma, a apropriação privada da terra no Brasil tem sido feita através da grilagem das terras públicas e representam 40% do território pátrio. Este é, pois, o nó górdio da questão agrária brasileira e o motivo central da luta sangrenta entre os latifundiários grileiros e os camponeses sem terra, que descobriram para os brasileiros a especificidade da formação da propriedade privada no Brasil.

Apesar de altamente contraditório tem se notado, até com certa frequência, assentados vivendo da renda da terra. O que os movimentos sociais de luta pela terra tanto criticam que é o caráter rentista da propriedade rural vem sendo utilizado por alguns poucos de seus integrantes. Nesse sentido Martins (2003, p. 15)

O beneficiário da reforma agrária, quando aluga a terceiros terra recebida ou indevidamente a vende, regenera a renda fundiária como meio de sobrevivência, nega a relevância do trabalho e do produtivo e afirma a centralidade do tributo parasitário como meio de vida. Na verdade, no aparentemente minúsculo ato comercial, ele recria a lógica do latifúndio dentro de si mesmo e nega aquilo que é próprio e essencial da competência e das virtudes históricas do trabalho e da classe trabalhadora. Nega e destrói a própria reforma agrária e seu amplo sentido socialmente reformador.

O mesmo autor novamente abordou a questão em outra oportunidade (2006)

Sem contar a disseminada prática de receber o lote de terra, depois de anos de espera e sofrimento, e sua venda ou arrendamento, embora sejam práticas ilegais, em relação às quais ninguém faz nada. Ora, a reforma agrária tem sido em todos os países o instrumento para combater os efeitos irracionais da renda da terra, o preço não raro especulativo da terra, no desenvolvimento econômico. A renda fundiária, que é em si mesma improdutiva, representa dedução do capital necessário ao uso produtivo da terra, favorecendo o atraso social e técnico. Ora, o que está se vendo em assentamentos em diferentes lugares do país é a prática disseminada dessa modalidade de parasitismo, que constitui o cerne da negação da reforma agrária e de tudo que ela repre-

sentá. Para muitos, receber um lote é apenas título de direito a viver de renda, extorquida da sociedade inteira, justamente o que a reforma deveria combater e não combater.

2.2 Aspecto histórico

A partir de meados da década de 1960 ganha força a tese defendida por Delfim Netto elaborada por um grupo de economistas conservadores da USP chamada de “modernização sem reforma”, que foi implementada pelos governos militares e negava a existência de uma questão agrária, tendo em vista não considerar como entrave para a economia a estrutura fundiária e as relações sociais que se desenvolviam no campo. Afirmava ainda que a agricultura exercia sua função no plano de desenvolvimento econômico quando liberava mão-de-obra para o setor industrial sem decréscimo na produção (por meio da introdução de máquinas no campo), criava mercado consumidor para os produtos da indústria, aumentava as exportações do país e financiava parte da capitalização da economia. Oliveira (2010, p. 297) afirma que essa modernização sem reforma ou modernização conservadora serviu para aumentar ainda mais a concentração fundiária

Assim, a chamada modernização da agricultura veio acompanhada dessa crescente concentração fundiária. No período de 1967 a 1972, a área ocupada total cresceu 10.170.887 ha, mas a área dos imóveis rurais com mais de 1.000 ha cresceu 17.658.740 ha, o que quer dizer que os pequenos perderam 6.242.980 ha e os médios 1.244.873 ha. No período de 1972 a 1978, a área ocupada total cresceu 49.626.683 ha, porém novamente as grandes propriedades cresceram 52.273.849 ha, o que significou uma queda na área ocupada pelos pequenos (1.156.895 ha) e médios (1.490.271 ha). Isso quer dizer que, entre 1967 e 1978, os latifúndios no Brasil ampliaram sua área em 69.939.589 ha e as pequenas propriedades perderam 7.399.875 ha. Cabe destacar também que, embora o número total das grandes propriedades praticamente não tenha se alterado, a área ocupada por elas cresceu quase 20%, tornando mais concentrada a propriedade da terra no Brasil. O índice de Gini passou de 0,836 para 0,854 nesse período.

Com o golpe militar de 1964 o debate político foi suspenso e o pensamento conservador passou a impor sua visão economicista da agricultura, visão esta que se preocupa com oferta e demanda de produtos agrícolas e seus efeitos sobre a inflação, ignorando por completo a questão fundiária e a situação dos trabalhadores do campo. Desta forma, percebe-se claramente que os economistas conservadores que tiveram suas idéias encampadas pela ditadura baseavam-se no pensamento funcionalista norte-americano sobre os papéis clássicos da agricultura no desenvolvimento econômico.

Esta tese de modernização sem reforma defendia que a expansão do setor agrícola dependeria do nível técnico da mão de obra, do nível de mecanização da agricultura, do nível de utilização de adubos e fertilizantes e de uma estrutura agrária eficiente. Com a ascensão de Delfim Netto ao ministério da Fazenda a implementação do Sistema Nacional de Crédito Rural apresenta-se como principal estrutura de fomento à produção agropecuária. Palmeira (1989, p. 87) assim se posiciona sobre tal modernização

Essa modernização, que se fez sem que a estrutura da propriedade rural fosse alterada, teve, no dizer dos economistas, "efeitos perversos": a propriedade tornou-se mais concentrada, as disparidades de renda aumentaram, o êxodo rural acentuou-se, aumentou a taxa de exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas, cresceu a taxa de auto-exploração nas propriedades menores, piorou a qualidade de vida da população trabalhadora do campo. Por isso, os autores gostam de usar a expressão "modernização conservadora"

Além de alijar a questão sobre estrutura fundiária e direitos sociais no campo do debate político, a implementação da teoria da modernização conservadora vai apresentar também como grande novidade o estreitamento dos laços entre a indústria e a agricultura com uma mudança na base técnica de meios de produção por esta utilizado, com a crescente utilização de insumos e máquinas industriais. Esta aproximação destes dois blocos vai constituir no futuro o chamado agronegócio que pode ser entendido como uma agricultura capitalista em integração com a economia industrial e urbana e com o setor externo, sob forte mediação financeira do setor público.

Esta modernização conservadora ou modernização sem reforma trouxe uma nova retórica das elites agrárias, assim explicitada por Bruno (1997, p. 18-23)

A nova retórica das elites agrárias foi gestada juntamente com a modernização agrícola e a constituição dos complexos agroindustriais, mas a sua emergência, nos anos 80, coincide com a conjuntura de transição, a redefinição do pacto político que sustentou o modelo de modernização, a crise de crédito e das condições que viabilizaram esse padrão de desenvolvimento da agricultura, a intensificação dos conflitos de terra e uma maior organização dos trabalhadores rurais.

Há todo um reordenamento da retórica das elites agrárias que encontra os seus fundamentos na realidade da modernização: elas falam a partir de uma agricultura transformada, que instituiu um novo padrão produtivo no campo, e não mais a partir da necessidade e do imperativo produtivo no campo, como ocorreu no final dos anos 50 e início dos anos 60. Para as novas elites agrárias, o fundamental é que a agricultura respondeu às necessidades de acumulação do capitalismo no Brasil. A lógica que orienta o conjunto dos

dominantes no campo não é mais a da necessidade de superação do atraso, a eliminação dos “resíduos feudais” ou o subdesenvolvimento. Há uma nova ideologia do moderno no campo, cujo cenário são os complexos e as cadeias agroindustriais. Empresários e latifundiários, pecuaristas e agricultores, progressistas e conservadores, todos, mesmo aqueles que não se consideram modernos, falam a partir da realidade da modernização, sem abrir mão, contudo, dos privilégios patrimoniais e da violência; a reforma agrária é considerada uma bandeira arcaica e defasada ainda que os interesses da defesa do monopólio da terra e da perpetuação do latifúndio continuem os mesmos; são a favor da democracia, mas fazem uso da violência para neutralizar a reforma agrária e “varrer do mapa” a luta pela terra; procuram exorcizar da cena política os valores e a retórica coronelística, mas, apesar de seus esforços, não conseguem esquecer o preciosismo da linguagem nem a pompa de um passado sempre lembrado.

A nova retórica das elites agrárias sobre a problemática fundiária concentra-se, basicamente, nos seguintes argumentos: não mais existe uma questão agrária no Brasil e a reforma agrária é uma política defasada em relação à nova realidade da agricultura.

Pela primeira vez eles negam explicitamente a existência de uma questão agrária no Brasil. Segundo eles, a questão agrária já foi resolvida com a modernização agrícola. A ociosidade da terra significa apenas um problema de alocação de recursos, cuja responsabilidade recai sobre o Estado. Não existe uma questão agrária no Brasil, porque a propriedade vem cumprindo sua função social e a agricultura ajustou-se, ao longo dos anos, para cumprir a parcela que lhe cabe na resposta aos estímulos da economia. Questionar isso, afirmam aquelas elites, seria admitir a completa falência do regime político e da ideologia neoliberal professada nesse país.

Esta aproximação técnica entre indústria e agricultura observada notadamente a partir da década de 1960 ocorreu nos EUA e Europa Ocidental no fim do século XIX e início do XX. Tal integração com forte mecanização do campo vai ocorrer com financiamento estatal expresso na grande liberalidade na concessão de crédito rural e incentivos fiscais.

Esta modernização conservadora apresentou desta forma um pacto agrário tecnicamente modernizante e socialmente conservador, pois, ao mesmo tempo que inseriu inovações tecnológicas na produção, manteve no poder as oligarquias rurais ligadas ao latifúndio.

Esperava-se que com a modernização da agricultura os latifundiários se transformassem em empresários capitalistas, mas devido ao caráter rentista acima citado observou-se o movimento inverso, ou seja, os empresários capitalistas transformando-se em latifundiários. Por meio de políticas de incentivos fiscais de órgãos como a Sudam e a Sudene alguns capitalistas urbanos transformaram-se nos maiores proprietários de terras do Brasil, sendo o exemplo mais latente o Projeto Jari desenvolvido por Daniel K.

Ludwig cuja área era de aproximadamente 4.000.000 (quatro milhões) de hectares! Este fenômeno de transformação de capitalistas em latifundiários fez aparecer outra contradição: os mesmos sujeitos que aplicavam em suas indústrias avançadas relações de trabalho capitalistas em seus latifúndios praticavam a chamada escravidão branca. Assim, a acumulação de terras nas mãos dos latifundiários deve ser vista não como uma aberração do capitalismo, mas sim como uma consequência do capitalismo aqui desenvolvido.

Analisando o avanço do capitalismo sobre o campo Fernandes (2000a) traz

No campo, o avanço do capitalismo fez aumentar a miséria, a acumulação e a concentração da riqueza. Esse processo transformou o meio rural com a mecanização e a industrialização, simultaneamente a modernização tecnológica de alguns setores da agricultura. Também expropriou, expulsou da terra os trabalhadores rurais, causando o crescimento do trabalho assalariado e produzindo um novo personagem da luta pela terra e na luta pela reforma agrária: o bóia fria. Em seu pacto tácito, os militares e a burguesia pretendiam controlar a questão agrária, por meio da violência e com a implantação de seu modelo de desenvolvimento econômico para o campo, que priorizou a agricultura capitalista em detrimento da agricultura camponesa. Ainda, o governo da ditadura ofereceu aos empresários subsídios, incentivos e isenções fiscais, impulsionando o crescimento econômico da agricultura e da indústria, enquanto arrocava os salários, estimulava a expropriação e a expulsão, multiplicando os despejos das famílias camponesas. Essas ações políticas tiveram efeitos na questão agrária, intensificando ainda mais a concentração fundiária.

67

Apesar do grande avanço do capital sobre o campo, a agricultura camponesa apresenta índices de produtividade muito superiores aos alcançados pelos latifúndios, apesar de terem acesso infinitamente menor ao crédito agrícola. Oliveira (2001, p. 189) apresenta dados que comprovam tal assertiva ao trazer que ocupando uma área equivalente a 18% da área total do país os camponeses são responsáveis por mais de 50% da produção de batata-inglesa, feijão, fumo, mandioca, tomate, ágave, algodão em caroço arbóreo, banana, cacau, café, caju, coco, guaraná, pimenta-do-reino, uva, a maioria absoluta de hortigranjeiros e mais de 50% do rebanho de suínos, aves, ovos e leite. Conclui que em 18% da área produzem 46,5% da riqueza oriunda do campo, enquanto que os estabelecimentos com mais de 1.000ha embora ocupem 45% da área total produziram apenas 21,2% do valor de produção.

Esta concentração de terra praticada por empresários e grandes grupos econômicos empurrou e empurra um contingente cada vez maior de pessoas do campo para as cidades gerando uma massa de pobres e miseráveis. Os expulsos do campo que não migraram para as cidades ficam vagando pelo campo, o que D. Pedro Casaldáliga definiu como uma verdadeira “aventura retirante” em busca de oportunidades. Assim, os camponeses constituem uma classe em permanente luta, seja para entrar na terra se tornando proprietários ou para nela permanecer como produtores de grande parcela de alimentos produzidos no Brasil. Vinhas (2011, p. 164) assim analisou o crescimento deste movimento camponês na década de 1960

Nas últimas décadas e principalmente na que estamos vivendo, têm-se apresentado novos elementos auspiciosos no cenário político e social. O movimento camponês avolumou-se tornando-se agente de pressão sentida pelas classes dominantes, pelo poder constituído e pelo povo em geral. A reforma agrária autêntica continua sendo a bandeira de libertação nacional.

Devido aos fatores citados, notadamente a introdução do capitalismo no campo com a introdução de forte mecanização que provocou um grande abalo social e econômico na classe camponesa, assistiu-se nas últimas décadas a formação de movimentos sociais contestatórios que possuem majoritariamente em suas bases tal classe. Hobsbawn (1978) identificou nestes movimentos a raiz de grandes e importantes movimentos sociais do século XX, afirmando que a massa camponesa ou massas pobres da zona rural tiveram papel preponderante na Revolução Mexicana (1919), Revolução Russa (1917), Revolução Espanhola (1936), Revolução Chinesa e Revolução Cubana (1959).

Deste caldo cultural efervescente e da luta pela terra surgiu o MST, movimento que baseia sua luta nas ocupações, acampamentos e assentamentos que representam novas formas de luta de quem resolveu lutar pelo direito à terra. Lowy (2001) ao estudar o movimento assim o definiu:

Um misto espantoso de religiosidade popular, revolta camponesa “arcaica” e organização moderna, na luta radical pela reforma agrária e, em longo prazo, por uma “sociedade sem classes.

A importância da luta pela terra e a junção de diferentes categorias nesta luta encontram-se expressas nas palavras de Oliveira (2001, p. 194)

A terra que vai permitir aos trabalhadores — donos do tempo que o capital roubou e construtores do território comunitário e/ou coletivo que o espaço do capital não conseguiu reter à bala ou por pressão — reporem-se/

reproduzirem-se no seio do território da reprodução geral capitalista. Nos acampamentos, camponeses, peões e bóia-frias encontram na necessidade e na luta a soldagem política de uma aliança histórica.

A gênese do Movimento está intimamente ligada ao rápido processo de modernização da agricultura ocorrida na década de 1970 que substituiu de forma rápida e intensa a mão de obra pela mecanização, liberando assim grande contingente de trabalhadores. Sobre tal tema assim se posicionou Medeiros (2010, p. 124)

Ao mesmo tempo, vastos segmentos de trabalhadores rurais, açoitados pela intensa e rápida modernização tecnológica, poupadora de mão de obra, não tiveram outra alternativa senão abandonar o campo em busca de novas possibilidades de trabalho.

E conclui

O aparecimento do trabalhador bóia-fria nas regiões sul e sudeste e sua contrapartida pernambucana, o clandestino, foi a face mais dramática do processo de expropriação que então se intensificou. Da mesma forma, muitos posseiros, parceiros e foreiros acabaram sendo expulsos das terras em que viviam.

Num primeiro momento estes trabalhadores foram incentivados pelo governo federal a deslocarem-se para a fronteira agrícola com o intuito de fortalecer a pecuária e gerar mão de obra para o garimpo e o extrativismo de madeira, especialmente nos estados de Rondônia, Pará e Mato Grosso. Ao analisar os projetos desenvolvidos pelo governo federal neste período, destaca Morissawa (2001, p. 100)

No início, o governo aplicou uma política de colonização que incluía a criação de núcleos de povoamento, os quais podiam ser tanto do governo como das empresas privadas. Milhares de pessoas foram atraídas de várias partes do Brasil, principalmente no período de 1970 a 1974. Os projetos governamentais administrados pelo INCRA foram basicamente dois: o PIC (Projeto Integrado de Colonização) e o PA (Projeto de Assentamento).

E prossegue

O PIC fazia o assentamento, prestava assistência técnica e concedia empréstimo em dinheiro aos colonos. Estava voltado ao povoamento do eixo da rodovia Transamazônica. Para tanto, o INCRA instalou agrovilas em Altamira e Marabá, no Pará.

Já o PA era um tipo de assentamento sem assistência técnica nem financeira. Preocupava-se exclusivamente em demarcar as terras de cada família e fornecer o documento de propriedade.

Ocorre que estes trabalhadores estavam habituados em seus estados de origem a produzirem grãos e não se adaptaram à proposta governamental e começaram a regressar da terra de onde saíram.

Muitos dos trabalhadores que perderam seus postos de trabalho pela mecanização buscaram emprego na industrialização crescente do chamado “milagre brasileiro” ocorrido na década de 70. Porém tal ciclo de prosperidade mostrou-se demasiadamente curto e logo grande parte da massa que migrara do campo para a cidade também ficou desempregada no decorrer da década de 80, a chamada “década perdida”, fazendo com que como ocorreu com aqueles que buscaram sobreviver na fronteira agrícola também regressassem da terra de onde saíram.

Estes dois fenômenos justificam de forma bastante contundente a grande massa de mão de obra sem emprego que buscava uma forma de luta pela terra para poder sobreviver de forma digna. Somado a este contingente também encontrava-se grande massa de arrendatários, meeiros, filhos de agricultores que ainda moravam com os pais que com a modernização da agricultura perdem as terras que cultivavam e de onde tiravam sua subsistência. Sobre essa grande massa assim se manifestou Palmeira (1989, p. 89)

O que há de novo no "êxodo rural" das décadas mais recentes é que, embutido nele, está a expulsão sistemática de trabalhadores rurais de diferentes categorias do interior dos grandes domínios. É verdade que a expulsão de trabalhadores dependentes (moradores, agregados, colonos ou semelhantes) também já ocorria no passado, mas o processo a que nos referimos tem características muito peculiares. Se, no passado, o trabalhador expulso encontrava casa e trabalho em condições semelhantes numa outra propriedade, ou mesmo, num momento seguinte, reconstituía a primeira relação, na expulsão recente a saída da propriedade é definitiva e sem substituição ou, dito de uma outra maneira, é o mesmo tipo de *contrato* tradicional que é liquidado.

Na verdade, a expulsão da mão-de obra serviu também para fomentar a industrialização no Sudeste do Brasil.

Medeiros (2002) assim se refere ao Movimento, destacando sua importância para o ressurgimento do tema reforma agrária no cenário político

A trajetória do MST é emblemática como exemplo dos efeitos da globalização sobre as redes de relações entre organizações da sociedade civil. De movimento localizado, em pouco tempo se nacionalizou e, através de suas bandeiras e formas de ação, revigorou o debate sobre a reforma agrária no plano nacional e contribuiu para que isso se desse também no internacional. Cruzando fronteiras, tornou-se reconhecido e legitimado por diversas entidades, provocando a formação de teias de solidariedade e cooperação em vários países, o que lhe permite se fortalecer no campo das disputas políticas internas.

Porto-Gonçalves (2005) ressalta a importância do MST na reinvenção do campesinato

De um ponto de vista emancipatório, o MST vem se constituindo como uma das principais expressões dessa nova configuração geográfico-política do mundo, onde o campesinato se reinventa e tende, cada vez mais, a jogar um papel inovador nas novas configurações territoriais que estão sendo gestadas no mundo contemporâneo.

2.3 Aspecto político-ideológico — a importância da Comissão Pastoral da Terra

O aspecto ideológico do surgimento do MST está intimamente ligado à participação das igrejas cristãs, notadamente a católica e a luterana. Segundo Poletto (2010, p. 139)

as igrejas são, então, instituições complexas e só uma visão aberta e uma metodologia que dê conta de sua complexidade será capaz de nos revelar o sentido de sua presença na história.

Num primeiro momento a grande maioria dos órgãos dirigentes das igrejas cristãs apoiou o golpe militar de 1964, pois temiam que o país fosse tomado pela ideologia comunista. Contudo, com o passar do tempo, a violência do regime conjugada com pressões internas de pessoas e órgãos das próprias igrejas fez com que algumas destas recuperassem parte de sua liberdade.

Citando o exemplo da Igreja Católica, apesar de muitas vezes contrariar a posição oficial da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) órgãos de tal instituição defenderam a luta por uma melhor distribuição de terras no campo. Um dos órgãos que obteve maior êxito nesta empreitada foi a CPT (Comissão Pastoral da Terra), fundada em 1975 sob influência de seguidores da Teologia da Libertação e que posteriormente foi reconhecido pela CNBB como agente evangelizador.

Um órgão importante que muito influenciou na criação da CPT foram as Comunidades Eclesiais de Base (CEB) que orientadas pelo Concílio Vaticano II (1962-1965) e Conferência dos Bispos da América Latina (CELAM, Medellín, 1968) buscavam através de diferentes formas de reivindicação e iniciativa de trabalhos cooperativos a conquista de transformações estruturais. Dentre estas transformações está uma melhor distribuição da propriedade agrícola por meio da reforma agrária. As CEBs foram criadas com o intuito de preencher a lacuna criada pela falta de agentes pastorais

nas comunidades mais afastadas, com destaque para a zona rural, mas naquele momento de transformação política e efervescência no campo, acabou por tornar-se agente de educação das massas e formação de consciências.

Importante destacar que a política religiosa adotada pelas Comunidades Eclesiais de Base foi a Teologia da Libertação que fazia uma releitura das Sagradas Escrituras pela perspectiva dos oprimidos e foi fortemente assimilada pelo MST e o influenciou de tal maneira que muitas das práticas adotadas pelo movimento tais como crenças, práticas e simbolismos que compõe a Mística do MST derivam de tal política. Porém, não foi apenas a questão teórica-religiosa das CEBs que influenciou o Movimento, sendo importante destacar que o modelo de organização política utilizada no início teve grande influência deste órgão da Igreja.

A CPT começou a tomar forma a partir de 1973 quando após uma reunião informal de bispos ocorrida em São Paulo começou a se divulgar país afora uma série de documentos com críticas à posição do governo. Um dos principais interlocutores de tal movimento foi Dom Tomás Balduino, bispo de Goiás, que juntamente com outros bispos, superiores religiosos e missionários passam a publicar manifestos que segundo Poletto (2010, p. 143) traziam

críticas profundas ao sistema econômico e à violência política promovidas pela ditadura, com uma reflexão bíblica e teológica que iluminava esta realidade, e com um reconhecimento das iniciativas populares e dos direitos dos trabalhadores, esses documentos expressaram compromissos públicos de setores da Igreja Católica em favor da construção popular de uma sociedade democrática que favorecesse a socialização dos bens, da cultura e do poder.

Em 1975, após o Encontro da Pastoral da Amazônia Legal, encontro este proposto por Dom Pedro Casaldáliga, bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia que vinha sofrendo intensa perseguição em decorrência de sua posição crítica em relação à política de desenvolvimento adotada na Amazônia, ocorreu efetivamente a criação da CPT a partir da articulação de bispos e agentes pastorais comprometidos com setores populares. Nas precisas palavras de Poletto (2010, p. 147)

esse Encontro fez que a CPT nascesse não para responder as necessidades da Igreja, mas para ajudar a Igreja a ter uma presença mais evangélica na realidade concreta dos povos da Amazônia. A vida dos povos, ameaçada por políticas que favoreciam somente os grandes grupos econômicos, foi assumida como um lugar teológico, de onde se ouviu o chamado de Deus e se definiu

a missão de seus seguidores. A percepção provavelmente mais decisiva foi a de que as transformações necessárias só seriam conquistadas com a organização dos principais interessados, os povos oprimidos da Amazônia e de todo o país. A Pastoral da Terra deveria, por isso, ser um serviço eclesial a esses povos, possibilitando que tivessem maior segurança no conhecimento de seus direitos, e animando sua organização.

Ao discorrer sobre a importância da CPT Morissawa (2001, p. 105) traz:

Na luta pela terra, o Livro do Êxodo tem sido suporte para estudos e reflexões sobre a condição em que vivem os trabalhadores rurais. A CPT foi importante instrumento de desmascaramento das políticas e projetos dos militares, e permanece sendo espaço central na organização e projeção das lutas pela conquista da terra.

Neste sentido Stedile e Fernandes (1999, p. 20-21):

A CPT foi a aplicação da Teologia da Libertação na prática, o que trouxe uma contribuição importante para a luta dos camponeses pelo prisma ideológico. Os padres, agentes pastorais, religiosos e pastores discutiam com os camponeses a necessidade de eles se organizarem.

A CPT foi uma força que contribuiu para a construção de um único movimento, de caráter nacional.

A participação da CPT se traduzia em termos de cursos de formação de lideranças, abrindo espaços físicos para essas reuniões e assembleias, apoiando intelectualmente através de reflexões sobre a conjuntura nacional e a luta pela terra.

A relação da CNBB e da CPT teve momentos de tensão, principalmente logo após a criação da Pastoral. Influenciada por setores ultraconservadores da Igreja Católica, notadamente a Tradição, Família e Propriedade (TFP) que defendia a defesa da propriedade através da Doutrina Social da Igreja a CNBB no início questionou os métodos de organização e atuação da CPT. Outro ponto com o qual a CNBB demonstrava desconforto era o aspecto ecumênico da Comissão Pastoral da Terra que congregava adeptos de outras religiões como a Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB).

Contudo, tal relação foi se consolidando com o tempo e em 1980, influenciada pela atuação da Comissão Pastoral da Terra e pela situação caótica no campo, a CNBB tomou a questão agrária como tema central de sua Campanha da Fraternidade (Terra de Deus, terra de irmãos), culminando com a promulgação do documento *Igreja e Problemas da Terra* onde defendia a reestruturação da propriedade da terra e sua distribuição aos que

precisavam dela para trabalhar. A partir da promulgação do documento de 1980 a CNBB passou a incluir sistematicamente em suas manifestações a questão da terra e da condição de vida do homem no campo. Poletto (2010, p. 146) comentando sobre a importância da Igreja Católica no campo traz

a presença da Igreja Católica, de modo especial por meio da CPT, foi um fermento na vida, na consciência, no espírito, na geração de criatividade e de autoestima, no enfrentamento das violências e na quebra dos preconceitos do povo do campo.

No mesmo sentido são as palavras de Palmeira (1989, p. 104) sobre a importância da participação da Igreja Católica na luta pela reforma agrária

Nos anos recentes, diferentemente do passado, a reforma agrária seria posta pelo movimento dos trabalhadores rurais e por um poderoso aliado, a Igreja Católica que, desde meados dos anos 70, voltara a preocupar-se com o problema agrário, envolvendo-se diretamente na organização dos trabalhadores, em especial nas áreas de expansão da fronteira agrícola do norte e do centro-oeste. Invertia-se o sentido das coisas, comparativamente aos anos 50 e 60: ao invés da bandeira da reforma agrária ser objeto da *conscientização* dos camponeses promovida por uma elite urbana, o problema agora era as organizações de trabalhadores *venderem* a uma cidade também transformada a idéia de reforma agrária e conseguirem, junto com forças urbanas, levar o Governo a realizá-la. É significativo que tenha sido criada em 1982 uma Campanha Nacional pela Reforma Agrária cujos promotores e integrantes eram, não os partidos políticos ou os sindicatos urbanos, mas a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, a Comissão Pastoral da Terra, a Linha 6 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e duas pequenas organizações de intelectuais pró-reforma agrária: a Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) e o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) que propunham às forças sociais tornar "a Reforma Agrária uma bandeira e um movimento concreto de toda a sociedade em apoio à Luta dos trabalhadores rurais

Martins (2006) reconhece a importância da CPT na criação do MST, porém faz profundas críticas à ideologia do Movimento

O MST, desde o seu nascimento no regaço da Comissão Pastoral da Terra, teve, já no berço, por ama de leite, a ideologia mal fundamentada dos partidos e grupos residuais de esquerda que tinham e tem da nossa questão agrária uma compreensão postiça e tosca, instruída pelo marxismo dos manuais "prêt-a-porter". São aqueles livrinhos que cabem no bolso dos militantes e nas consciências políticas de retalho, pois dispensam reflexão e pensamento próprio e crítico. Daí a dificuldade para que a organização compreenda seu próprio lugar na história e seu próprio potencial de inovação social.

O mesmo Martins (2013) explica que a Igreja Católica assumiu a luta pela reforma agrária como defesa dos direitos humanos e não com propósito de uma revolução social

A reforma agrária foi por ela assumida unicamente em nome da defesa dos direitos humanos, nos anos 1970, e não em nome de um propósito de revolução social, que seria o assumido por seus setores mais identificados com o MST. A pastoral da terra e, para os bispos, uma pastoral de suplência e não uma pastoral política e partidária. Foi essa suplência que levou a CNBB, em 1980, a lançar o documento *Igreja e Problemas da Terra*, cuja maior importância está em reconhecer, a luz da doutrina social da Igreja, a legitimidade das formas residuais e alternativas de ocupação e uso da terra, seja por povos tribais seja por agricultores tradicionais. A postura da Igreja nesse documento acabaria influenciando a relativização do direito de propriedade na Constituição de 1988.

3 PRINCÍPIOS: “OCUPAR, PRODUZIR E RESISTIR”

Ao contrário da maioria dos movimentos camponeses históricos que apenas lutavam por terra, o MST desde a sua formação sempre lutou por terra, pela reforma agrária e por mudanças estruturais na sociedade.

Destaca-se por ser um movimento camponês *sui generis* com três características marcantes:

- a) é um movimento popular com livre acesso a qualquer um que deseje fazer parte dele ao contrário de movimentos camponeses tradicionais que só permitem a filiação daqueles que efetivamente trabalham na terra. A exigência é a luta pela viabilidade da vida no campo;

Martins (2003, p. 34) enxerga essa característica como altamente prejudicial

O MST contribuiu poderosamente para o fracasso parcial da reforma agrária como instrumento de reinserção social dos ameaçados pelo modo como se dá o desenvolvimento capitalista no campo. Contribuiu ao recrutar indiscriminadamente os participantes do seu grupo de pressão, incluindo aí pessoas sem nenhuma identificação com os atores que têm um vínculo claro com os valores próprios da mística original e fundante do movimento. A pressão é quantitativamente maior do que a qualidade do compromisso com a reforma agrária por parte dos recrutados e por ela beneficiados.

- b) sem possuir um componente organizativo de viés corporativo no sentido que a luta por um pedaço de terra e posteriormente por créditos para a produção e outras vantagens interessa à categoria dos agricultores. Porém, tem que ir além disto, a luta pela terra tem que se transformar na luta pela reforma agrária, agregando à luta pela

terra um componente político necessário à toda sociedade, isto é, para além da categoria;

- c) componente político de luta pela reforma agrária onde se consegue conciliar os interesses particulares e corporativos com o interesse da classe. Visão de que a luta não é contra um grileiro e sim contra a classe de latifundiários, caracterizando assim a luta de classes. A luta também se estendia contra o Estado que não democratizava a estrutura fundiária e também não levava o desenvolvimento para o meio rural.

Morissawa (2001, p. 153) ao estudar o movimento identifica seus objetivos gerais e seu programa de reforma agrária. Como objetivos gerais aponta a construção de uma sociedade sem exploradores e onde o trabalho tenha supremacia sobre o capital, a busca permanente por justiça social e a igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais, a difusão dos valores humanistas e socialistas nas relações sociais, o combate a todas as formas de discriminação social e busca da participação igualitária da mulher, a visão da terra como um bem de todos devendo estar a serviço de toda a sociedade e a busca pela garantia de trabalho a todos com justa distribuição da terra, da renda e das riquezas.

Já no tocante ao programa de reforma agrária elenca como metas modificar a estrutura da propriedade da terra; subordinar a propriedade da terra à justiça social, às necessidades do povo e aos objetivos da sociedade; garantir que a produção da agropecuária esteja voltada para a segurança alimentar, a eliminação da fome e ao desenvolvimento econômico e social dos trabalhadores; apoiar a produção familiar e cooperativada; levar a agroindústria e a industrialização ao interior do país, buscando o desenvolvimento harmônico das regiões e garantindo geração de empregos; aplicar um programa especial de desenvolvimento para a região do semiárido; desenvolver tecnologias adequadas à realidade, preservando e recuperando os recursos naturais, com um modelo de desenvolvimento agrícola autossustentável e, por fim, buscar um desenvolvimento rural que garanta melhores condições de vida, educação, cultura e lazer para todos.

O MST apresenta uma aparente contradição entre as demandas de sua base e os objetivos a longo prazo do movimento. A contradição a que nos referimos está relacionada à estrutural diferença entre se organizar para ocupar um pedaço de terra com objetivos diversos (para se fixar, para chamar atenção da mídia ou para denúncia) e por outro lado a permanência na

terra conquistada onde o principal passa a ser a relação de cidadania criada neste ato e a demanda por políticas junto ao estado.

Em outras palavras, o movimento continua andando na sua tarefa de ocupar, produzir e resistir e aos assentados compete a fixação na terra e seus direitos que passam a ser relacionados aos deveres do Estado no processo de reforma agrária. As demandas da base são por objetivos imediatos como a conquista pela terra e acesso aos meios de produção buscando um modo de sobreviver de forma digna e são realizadas de forma descentralizada nas ocupações, acampamentos e assentamentos. Já os objetivos ideológicos do movimento, segundo afirmam suas lideranças dentre elas Stédile, a longo prazo buscam a superação do modo capitalista de produção e instauração de um modelo socialista são traçados de forma centralizadas nos congressos nacionais que ocorrem a cada cinco anos. Este objetivo a longo prazo fica evidente na exposição de Stedile e Fernandes (1999, p. 75) “A nossa luta é para derrubar três cercas: a do latifúndio, a da ignorância e do capital.”

No mesmo sentido Almeida e Paulino (2000, p. 122)

É por esta razão que a luta pela terra não se encerra em si, devendo ser entendida, sobretudo como luta contra o capital. Isso retira o sentido de uma reforma agrária distributivista, pois a renda encontra-se subjugada pelo capital, impedindo o trabalhador familiar de libertar-se do círculo de miserabilidade que lhes é imposto.

77

4 ORGANIZAÇÃO

A efetiva criação do MST se deu durante o I Encontro Nacional dos Trabalhadores Sem Terra realizado em Cascavel, Paraná, entre os dias 20 a 22 de janeiro de 1984. Neste encontro o lema escolhido foi “Terra não se ganha, terra se conquista”.

O Movimento se estrutura em instâncias de representação, setores de atividades e organizações convencionais. Fernandes (2010, p. 184) ao discorrer sobre a organização do Movimento traz

A estrutura organizativa do MST é múltipla, plural e híbrida. Tem caráter formal e informal, e foi construída como novas e antigas formas de organização. Sua amplitude garante os trabalhos nos mais variados assuntos, abrangendo dimensões sociais, econômicas, culturais, ambientais e políticas. Seu traço principal, porém, não está na definição de sua estrutura, mas em seu movimento, ou seja, em sua versatilidade e flexibilidade. Seu caráter multidimensional e flexível lhe permite estar presente simultaneamente em diver-

...os espaços políticos, e lhe facilita a possibilidade de criar novos espaços de atuação.

As instâncias de representação organizam-se em Congresso Nacional, Encontro Nacional, Coordenação Nacional, Direção Nacional, Encontro Estadual, Coordenação Estadual, Direção Estadual, Coordenação Regional, Coordenação de Assentamentos, Coordenação de Acampamentos e Núcleos de Base.

Os Congressos Nacionais do MST que ocorrem em intervalos de aproximadamente cinco anos representam o maior espaço de decisões do Movimento e servem para definição da linha política para o próximo período e avaliação do período anterior. Estas definições realizadas nos Congressos procuram ser sintetizadas nas palavras de ordem de cada um destes eventos. A escolha dos coordenadores e dirigentes nacionais ocorre nos Encontros Nacionais que acontecem a cada dois anos e servem também para realizar a avaliação e atualização das deliberações dos Congressos Nacionais.

O I Congresso Nacional do MST se realizou no ano de 1985 em Curitiba, PR, contando com a participação de 1.600 delegados de todo o país. Neste encontro foi escolhida a palavra de ordem “Ocupar é a única solução” em resposta à morosidade do governo federal em implementar um efetivo programa de reforma agrária. Logo após uma onda de ocupações tomou conta do país demonstrando a força do movimento.

O II Congresso Nacional realizou-se em Brasília, DF, em 1990 contou com a participação de 5.000 delegados de 19 estados e cunhou como slogan “Ocupar, resistir, produzir!”. Neste encontro estiveram presentes também representantes de diversas organizações que apoiavam a causa do MST, dentre elas a CUT, a CPT, a CNBB, a OAB, a Igreja Luterana, a UNE (União Nacional dos Estudantes), além de representantes de organizações camponesas de diversos países da América Latina e da África. Neste Congresso, além de diversas outras reivindicações, ficou reafirmado que as ocupações de terra eram a principal forma de luta pela reforma agrária.

O III Congresso Nacional ocorrido entre os dias 24 e 27 de julho de 1995 também ocorreu em Brasília e contou com a participação de 5.226 delegados de 22 estados do Brasil. Participaram também 22 delegados de entidades da América Latina, Europa e Estados Unidos. O lema escolhido foi “Reforma Agrária: uma luta de todos” que procurava traduzir a idéia

que a reforma agrária deveria ser uma luta de toda a sociedade e não apenas dos trabalhadores sem terra.

O IV Congresso Nacional realizou-se novamente em Brasília entre as datas de 7 e 11 de agosto de 2000. Neste estiveram presentes mais de 11.000 militantes do MST provenientes de 23 estados da federação, além de representantes de 25 países. O lema escolhido desta vez foi “Por um Brasil sem latifúndio”, demonstrando mais uma vez o objetivo do movimento por uma mudança profunda na estrutura agrária do país.

O V Congresso Nacional ocorreu entre as datas de 11 a 15 de junho de 2007 em Brasília e reuniu mais de 17.500 trabalhadores de 24 estados, além de representantes de organizações camponesas de 31 países. O lema foi “Reforma agrária: por justiça social e soberania popular”.

Os lemas ou palavras de ordem cunhados em cada Congresso Nacional tem grande significação para os integrantes do movimento, pois refletem as mudanças na conjuntura política e as ações do MST. Além de tais palavras de ordem, outros elementos como a bandeira e bonés vermelhos, o hino, a cruz, as ferramentas de trabalho, entre outros, compõe a mística do Movimento. Sobre tal assunto assim se manifestou Fernandes (2010, p. 185)

As palavras de ordem, a bandeira, o hino, a cruz, as ferramentas de trabalho, os alimentos, os livros, os lutadores históricos de causas populares e outros símbolos do MST constituem a linguagem de uma prática política de resistência e contraposição aos discursos oficiais do Estado. No cotidiano das famílias vinculadas ao MST, esses símbolos fazem parte de sua cultura e identidade camponesa, cultura que é reproduzida pela participação em mobilizações, comissões, setores e núcleos do Movimento.

Uma das características mais marcantes do MST é sua forte organização dividida em Setores de Atividades na busca do objetivo comum. Esta divisão, porém, não foi definida no momento da criação do movimento. Pelo contrário, foi através da experiência da luta que os setores foram se constituindo. Neste sentido Fernandes (2000, p. 172)

processo e mudança são elementos importantes na dinâmica dos movimentos sociais. Essas são fortes características do MST, de modo que, quando se estabelece uma atividade, ela está sendo praticada há tempos, porque a forma surgiu da práxis, e não de um projeto previamente elaborado.

Pode-se elencar entre os principais setores a frente de massa, o setor de formação, o setor de educação, o setor de produção e o sistema cooperativista dos assentados. A frente de massa caracteriza-se por ser o setor onde

se forma a conscientização dos integrantes através dos trabalhos de base. É também o setor responsável pela expansão do Movimento tendo em vista seus membros deslocaram-se para outras localidades visando a formação de novos grupos de famílias visando promover novas ocupações. Para Fernandes (2000, p. 173) a frente de massa é quem “faz a travessia das pessoas de fora para dentro do MST.”

Já o setor de formação visa dar o desenvolvimento político do integrante e é responsável pela instrução em assuntos como as razões históricas da situação dos trabalhadores, o sistema capitalista, dentre outros. Para a consecução deste objetivo a partir de 1990 foi criada a Escola Nacional localizada em Caçador, SC, que periodicamente oferece cursos aos sem-terra. Além dos cursos ministrados em tal escola o MST também desenvolve cartilhas e periódicos que visam aumentar a informação de seus membros no campo político e econômico.

O setor de educação foi uma das principais preocupações do Movimento desde a sua criação. Escola pública de qualidade nos assentamentos e acampamentos com pedagogia e metodologia voltadas para a realidade da vida rural visando a alfabetização de crianças, jovens e adultos, além de formação crítica dos integrantes do Movimento. O Setor Nacional de Educação foi formalizado durante o I Encontro Nacional de Educação que ocorreu em 1987 no Espírito Santo com o objetivo de implementação de escolas de 1ª a 4ª série e a formação de professores para escolas de assentamento. Em 1988 o Movimento criou o Setor de Educação em vários estados para educar as crianças e alfabetizar os adultos.

Os anos do governo Collor foram de muita dificuldade para o Movimento em decorrência da forte repressão estatal que foi imposta. Neste sentido Branford (2010, p. 409)

Apesar de o novo presidente, Fernando Collor de Mello, ter-se apresentado durante a campanha eleitoral como o defensor dos descamisados, ele vinha de uma família abastada do estado de Alagoas, no Nordeste do país, e seu compromisso era com a oligarquia latifundiária. Seu governo se recusou até mesmo a conversar com os líderes do MST e promoveu uma violenta campanha contra o Movimento, cortando fundos para a reforma agrária e ignorando as tentativas dos proprietários rurais de expulsar os sem-terra dos acampamentos com a utilização de milícias ilegais. Mais tarde os ativistas do MST confessaram que por um tempo eles chegaram a se preocupar com a possibilidade de o Movimento não sobreviver.

Os líderes do MST perceberam então que aquele era o momento de focar no trabalho de formação e organização interna. Dentro deste contexto vários esforços seguidos de conquistas importantes foram implementados. Em 1990, foi realizado no município de Braga, RS, o primeiro curso de Magistério voltado a escolas de assentamentos rurais. Em 1991 ocorreu o lançamento do Projeto EJA (Educação de Jovens e Adultos) com a ilustre participação do educador Paulo Freire. Este projeto funciona hoje em praticamente todos os estados onde o Movimento está presente. Em 1994 realizou-se em Belo Horizonte, MG, o Curso Nacional de Pedagogia para Professores de Assentamentos. Em 1995 foi criado em Veranópolis, RS, o ITERRA (Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária) que coordenado pela CONCRAB oferece cursos técnicos ligados à produção e administração rural. Em 1996 o Movimento promoveu em parceria com o MEC a alfabetização de 7.000 adultos, projeto este reconhecido e premiado pela UNICEF. Em 1997 foi fundada também em Veranópolis, RS, a Escola de Ensino Supletivo Josué de Castro para desenvolver ensino supletivo de 1º e 2º graus e curso de Administração em Cooperativismo para Assentados. Estes são alguns exemplos do papel de absoluto destaque que a educação sempre ocupou no Movimento, cabendo salientar que nos acampamentos, a barraca da educação, chamada de itinerante, é levantada antes mesmo que os barracos de moradia.

Uma das grandes conquistas do Movimento na área da educação foi a fundação em 2005 da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), no município de Guararema, SP. Tal instituição foi criada com o objetivo de ser um espaço de formação pluralista em diversas áreas do conhecimento tanto para integrantes do MST como também para integrantes de outros movimentos sociais rurais e urbanos do Brasil e de toda a América Latina. Além de cursos superiores a ENFF oferece também palestras, cursos e seminários ministrados por renomados professores de universidades brasileiras e intelectuais de todo mundo.

O setor de produção foi desenvolvido visando integrar a produção familiar ao mercado consumidor. Nesta busca foi desenvolvido o modelo de cooperação agrícola que visa realizar um crescimento do ser social ao afastá-lo do individualismo. A eleição do modelo de cooperação agrícola tem explicações econômicas, sociais e políticas. Como explicações econômicas são apontadas o aumento do capital, o aumento da produtividade, a racional-

lização da produção de acordo com os recursos naturais e o desenvolvimento da agroindústria. Como explicações sociais encontram-se a facilidade no acesso à infraestrutura básica, à educação das crianças e dos adultos. Já como explicação política pode-se apontar a participação do cooperativado nas lutas de suas necessidades imediatas e também nas lutas da sociedade como um todo na busca por uma nova sociedade.

Este modelo de cooperação agrícola, segundo Morissawa (2001, p. 206), se baseia em três princípios:

- Não separar, nas lutas pela terra e pela reforma agrária, a dimensão econômica da dimensão política;
- A luta não termina na conquista da terra; ela continua na organização simultânea da cooperação agrícola e das ocupações;
- Investir sempre na formação dos sem-terra e dos assentados para sua qualificação profissional, tendo em vista as transformações da estrutura produtiva.

O sistema cooperativista dos assentados é resultado do modelo escolhido pelo setor de produção, qual seja, de cooperação agrícola. Visando aperfeiçoar tal modelo integrantes do Movimento viajaram para países da América Latina que já o utilizavam para deles trazer experiências positivas. Além de cuidar da organização da produção cuida também da questão da infraestrutura para escoamento daquela. Uma das principais conquistas deste sistema foi a criação do PROCERA (Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária) que tornou-se a principal linha de crédito para os assentados. Como formas de solidificação do sistema de cooperativas em 1988 foi fundado o SCA (Sistema Cooperativista dos Assentados) e em 1992 foi fundada a CONCRAB (Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária).

Além dos setores destacados compõe também o MST os setores de Finanças, Saúde, Projetos, Direitos Humanos, Gênero, Relações Internacionais e Comunicação, além das Secretarias Nacionais, Estaduais e Regionais, além dos coletivos de Cultura e Mística.

5 FORMAS DE LUTA

Dentre as diversas formas de luta desenvolvidas pelo MST algumas merecem destaque. A ocupação como mecanismo de luta e resistência, criando uma condição para o enfrentamento sempre foi a principal forma de ação do Movimento. Nem sempre a área ocupada é a que posteriormente será destinada à reforma agrária, mas gera um fato político que exige uma

resposta do poder público, pois representa um segmento organizado da sociedade mobilizada por uma causa. Tal mecanismo sofreu um duro golpe com a promulgação de Medida Provisória no governo Fernando Henrique Cardoso que passou a proibir o assentamento das famílias que participassem das ocupações de terra, além de proibir de serem vistoriadas por dois anos para fins de reforma agrária as terras ocupadas uma vez e por quatro anos aquelas em que a ocupação fosse reincidente. Ao comentar sobre a importância da ocupação na luta pela terra afirma Fernandes (2010, p. 174)

A ocupação, como forma de luta e acesso à terra, não é um fato novo, é um contínuo na história do campesinato brasileiro. Desde o princípio de sua formação, os camponeses em seu processo de criação e recriação ocuparam terra. A ocupação tem sido historicamente seu principal meio de acesso à terra.

No mesmo sentido Stedile e Fernandes (1999, p. 115) dimensionam a importância das ocupações

Se não ocupamos, não provamos que a lei está do nosso lado... a lei só é aplicada quando existe iniciativa social... a lei vem depois do fato social, nunca antes. O fato social na reforma agrária é a ocupação, as pessoas querem terra, para depois se aplicar a lei.

A marcha pelas rodovias também é uma outra forma de manifestação utilizada. A de maior repercussão foi a Marcha Nacional por Reforma Agrária que chegou em Brasília no dia 17/04/97 com um contingente expressivo de manifestantes. Também gera um fato político e atrai a atenção da população para os problemas dos sem-terra e para a realidade nacional como um todo. Ao comentar sobre essa extraordinária mobilização assim se manifestou Pereira (2009, p. 282-283)

A caminhada, extremamente pacífica, durou três meses e chegou à capital federal em abril de 1997, um ano depois do massacre de Eldorado dos Carajás. Apesar de sua desqualificação pelos grandes meios de comunicação e pelo governo federal, a luta dos sem-terra e o tema da reforma agrária apareceram, durante esse período, nos principais jornais e noticiários televisivos, dando visibilidade pública ao MST. Ao final, a marcha acabou galvanizando a insatisfação popular contra as políticas neoliberais, transformando-se na primeira manifestação popular massiva contra o governo FHC. Esse episódio foi um marco na história do MST. Depois dele, o movimento despontou como uma força política relevante no cenário nacional e um exemplo de organização e combatividade para organizações de esquerda no Brasil e no exterior. Foi a partir dali que o processo de internacionalização do MST ganhou força.

Outra forma que o MST utiliza na busca de seus objetivos é a ocupação de prédios públicos. Em geral esse tipo de ocupação baseia-se no descumprimento do dever do Estado e no que a lei determina, ou de compromissos acordados e não cumpridos.

Os acampamentos nas capitais e em frente a bancos também traduzem outra forma de luta empreendida. Quando são feitos nas capitais o objetivo é chamar atenção da população dos grandes centros para a questão da reforma agrária e também mostrar às pessoas daquela localidade as condições de um acampamento sem-terra. Já quando são promovidos em frente aos bancos o objetivo principal é pressionar tais instituições a agilizarem a liberação de recursos para organizar o assentamento e a produção.

Quando se trata do INCRA, via de regra, a pauta alerta para denúncias de corrupção, de enfraquecimento em relação à desocupação de terras para reforma agrária ou à entrega de créditos ou sementes.

Por fim, o MST utiliza-se também de manifestações em grandes cidades também visando chamar a atenção da opinião pública para o movimento. Na maioria das vezes tais manifestações são extremamente ordeiras e se utilizam da forte simbologia que marca o movimento.

6 CONCLUSÃO

O MST em destaque nesse artigo deve ser visto apenas como um dos muitos movimentos na luta pela terra.

Inegável a importância e a magnitude que este Movimento, o mais longo movimento de luta social já visto em nosso país, galgou. Devido à continentalidade alcançada e a heterogeneidade da composição de sua base, é natural que o MST apresente contradições internas e formas diferentes de luta variando de acordo com as especificidades locais e regionais.

Apesar de todas as dificuldades experimentadas pelo Movimento, o MST continua vigoroso em suas lutas. A pressão política e econômica exercida pelos latifundiários e pelo agronegócio, além das políticas governamentais instituídas notadamente nos últimos vinte anos, podem ter de alguma forma atingido a base social do Movimento e dificultado suas ações. Apesar disto o MST continua exercendo seu protagonismo como ator social e busca constantemente atualizar sua agenda de lutas sem jamais se distanciar dos objetivos que norteiam sua atuação desde a sua fundação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; PAULINO, Eliane Tomiasi. **Fundamentos teóricos para o entendimento da questão agrária: breves considerações**. In: Geografia, Londrina, v.9, n.2, p. 113-127, jul./dez.2000

BRANFORD, Sue. **Lidando com governos: O MST e as administrações de Cardoso e Lula**. In: Combatendo a Desigualdade Social: o MST e a reforma agrária no Brasil, org. Miguel Carter. São Paulo: Ed. UNESP, 2010

BRUNO, Regina. **Senhores da terra, senhores da guerra (a nova face política das elites agroindustriais no Brasil)**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, UFRRJ, 1997

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000

_____. **Brasil: 500 anos de luta pela terra**. 2000ª. (Acessado de <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/terra/mst3.htm>>. Acesso em 04/07/2012)

_____. **Formação e Territorialização do MST no Brasil**. In: Combatendo a Desigualdade Social: o MST e a reforma agrária no Brasil, organizador Miguel Carter. São Paulo: Ed. UNESP, 2010

HOBSBAWN, Eric J. **Rebeldes primitivos: estudos sobre formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1978

LOWY, Michel. **A mística da Revolução**. Folha de São Paulo, Caderno Mais!, 1º de abril de 2001

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e Violência**. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **O Poder do Atraso**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003

_____. **O Estado de São Paulo**, 17/09/2006

_____. **O Estado de S. Paulo**, Caderno *Aliás*, *A Semana Revista*, p. J3, 21 de abril de 2013

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Reforma agrária de mercado e movimentos sociais: aspectos da experiência brasileira**. 2002 (Acessado <<http://www.comciencia.br/reportagens/agraria/agr12.shtml>> acesso em 23/03/13)

_____. **Movimentos sociais no campo, lutas por direitos e reforma agrária na segunda metade do século XX.** In: *Combatendo a Desigualdade Social: o MST e a reforma agrária no Brasil*, org. Miguel Carter. São Paulo: Ed. UNESP, 2010

MORISSAWA, Mitsue. **A História da luta pela terra e o MST.** São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2001

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária.** São Paulo: Desenvolvimento Rural. Estudos Avançados, vol. 15, n°43, 2001

_____. **A questão agrária no Brasil: não reforma e contrarreforma agrária no governo Lula.** In: *Os anos Lula — contribuições para um balanço crítico 2003-2010.* Rio de Janeiro, Garamond: 2010

PALMEIRA, Moacir. **Modernização, Estado e questão agrária.** Estudos Avançados, vol.3, n.7. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 1989

PEREIRA, José Márcio Mendes. **Neoliberalismo e lutas camponesas no Brasil: contestação e resistência à reforma agrária de mercado do Banco Mundial durante o governo FHC.** In *Lutas Camponesas Contemporâneas. Vol. II. A diversidade das formas das lutas no campo.* FERNANDES, Bernardo Mançano, MEDEIROS, Leonilde Servolo de e PAULILO, Maria Ignez (orgs.). São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009

POLETTO, Ivo. **A Igreja, a CPT e a mobilização pela reforma agrária** In: *Combatendo a Desigualdade Social: o MST e a reforma agrária no Brasil*, org. Miguel Carter. São Paulo: Ed. UNESP, 2010

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A nova questão agrária e a reinvenção do campesinato: o caso do MST.** 2005 (Acessado de <<http://www.cantacantos.com.br/revista/index.php/geografias/article/view/1/1>> Acesso em 10/11/2011)

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente. A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.** Editora Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 1999

VINHAS, Moises. **Problemas Agrário -Camponeses do Brasil.** In: *A questão agrária no Brasil (vol.1),* STÉDILE, J.P. (org.). 2ªEd. São Paulo: Ed. Expressão Popular. 2011.